

INSTITUCIONALIZAÇÃO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

Nicole Gonzaga Guerreiro¹
Carolina Guimarães Pereira¹
Gabriella Batista Centurion de Santa Rosa¹
Julia Augusta Quintino Ramiro¹
Julia Sachetin Fontoura¹
Juliana Fontes Guerreiro³
Kelyane Karyne da Silva Neto¹
Maria Amélia Miranda de Oliveira Melo¹
Taynara Souza Silva¹
Viviane Araújo e Silva de Carvalho²

¹Acadêmicas de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade de Rio Verde – UniRV.

²Acadêmica de Medicina, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. E-mail: vivi.araujocarvalho@gmail.com

³Acadêmica de Medicina, Kursk State Medical University – KSMU. E-mail: julianafguerreiro@gmail.com

Recebido em: 15/08/2020 – Aceito em: 21/08/2020

Resumo: O artigo se trata de uma revisão bibliográfica acerca das consequências de uma infância institucionalizada no desenvolvimento neuropsicomotor. O desenvolvimento neurológico infantil tem início desde seu nascimento e suas primeiras interações sociais, uma vez que essas são propulsoras das suas ligações afetiva e futuramente da formação de sua identidade. A literatura apresenta evidências de que a institucionalização de crianças está associada a um déficit no desenvolvimento neurológico. Dentre esses: déficits na comunicação, na memória e no controle motor, além de psicopatologias e atrasos na maturação e ativação cerebral.

Palavras-chave: desenvolvimento da criança, saúde da criança institucionalizada.

Abstract: The article is a bibliographic review about the consequences of an institutionalized childhood on neuropsychomotor development. Child neurological development starts from birth and its first social interactions, since these are the drivers of its affective connections and in the future of the formation of its identity. The literature presents evidence that the institutionalization of children is associated with a deficit in neurological development. Among these: deficits in communication, memory and motor control, in addition to psychopathologies and delays in brain maturation and activation.

Keywords: child development, institutionalized child health.

1. INTRODUÇÃO

A UNICEF estima que existam aproximadamente 8 milhões de crianças em todo o mundo que vivem em instituições (WADE, 2019). Essas instituições variam muito, tanto em termos de seus princípios organizacionais, da estrutura e da qualidade do atendimento prestado (VAN IJZENDOORN, 2020).

Quando a criança é privada da convivência familiar, por se encontrar em situação de risco pessoal e social, é necessário que seja encaminhada a uma instituição de acolhimento. A institucionalização de crianças é uma medida utilizada para sua proteção, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (GABATZ, 2018).

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que ocorre por meio de medida protetiva, é oferecido em diferentes equipamentos como Abrigo Institucional para pequenos grupos e Casa-Lar, de forma temporária até a reintegração da criança à sua própria família ou seu encaminhamento para família substituta.

As estatísticas mais recentes do governo federal brasileiro revelam que o tempo médio de permanência em abrigos é de dois anos, justamente o prazo máximo que é permitido pela legislação. Também foi exposto que essa permanência é maior para adolescentes e crianças maiores de 3 anos de idade, apesar de eles serem a maioria nas instituições. Outro fator que aumenta a permanência das crianças nas instituições de abrigo é que apenas 1 em cada 8,15 crianças abrigadas está apta para a adoção.

Crianças que vivem em ambientes institucionalizados correm o risco de resultados negativos de saúde e desenvolvimento, bem como de abuso físico e emocional (DESMOND, 2020). Principalmente devido aos cuidados das instituições, serem normalmente prestados por equipes de funcionários mal pagos, que frequentemente têm pouco treinamento e tempo insuficiente para fornecer um padrão básico de atendimento às crianças (VAN IJZENDOORN, 2020).

Dessa forma, o objetivo deste artigo foi analisar se há relação entre a institucionalização na infância e déficits no desenvolvimento neuropsicomotor, por meio da realização de revisão integrativa da literatura médica e psicológica sobre crianças institucionalizadas.

2. MÉTODO

Este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método da revisão integrativa. Para nortear a revisão integrativa, foi formulado a seguinte questão: quais as consequências para o desenvolvimento neurológico de uma criança institucionalizada? A busca das produções científicas foi realizada no portal regional da BVS (biblioteca virtual de saúde) e em revistas universitárias e livros de medicina.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: 1) artigos publicados nos últimos cinco anos; 2) artigos publicados nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa; e 3) artigos que abordassem o desenvolvimento da criança institucionalizada. Foram excluídos artigos que não satisfizeram aos três critérios de inclusão e que não abordaram especificamente a questão norteadora desta revisão. Foram utilizados, para a busca dos artigos, os descritores do Medical Subject Headings (MeSH) “saúde da criança institucionalizada” e “Institutionalized children” e seus correspondentes respectivos em inglês e português.

A busca foi realizada através da pesquisa on-line, os artigos encontrados passaram por uma triagem por meio da leitura dos resumos. Os artigos selecionados para análise foram então copiados das bibliotecas virtuais e organizados pela a ordem de seleção. Depois disso, cada um dos artigos foi lido integralmente e os dados foram analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados produziu 330 artigos no total, dos quais 8 foram selecionados e analisados por serem relevantes ao tema. De acordo com os artigos analisados, há uma relação entre o prejuízo do desenvolvimento neurológico e a institucionalização de crianças (NELSON; ZEANAH; FOX, 2019, GABATZ, 2018, DEBNATH, 2020, WADE, 2020, GOLM, 2020).

O estudo de Nelson, Zeanah e Fox (2019) traz que a experiência é o mecanismo que impulsiona grande parte do desenvolvimento cerebral pós-natal e que a ausência de experiências-chave durante períodos críticos pode exercer efeitos graves e, em alguns casos, duradouros em vários domínios do desenvolvimento. Dessa forma, percebe-se o quão importantes são as experiências que as crianças vivenciam, principalmente em seus primeiros anos de vida.

Os bebês humanos têm uma propensão a formar ligações seletivas com seus cuidadores entre 7 e 9 meses pós-natal, em circunstâncias típicas. Somente em condições extremas de negligência ou privação os bebês humanos deixam de formar esses apegos (DOBROVA-KROL, 2010; ZEANAH, 2005, citado por NELSON; ZEANAH; FOX, 2019). O comportamento de apego é designado como a aproximação ou a permanência junto à pessoa significativa. O seu desenvolvimento, embasado na formação de vínculos afetivos, é imprescindível para a saúde mental dos seres

humanos, existindo correlação forte entre o padrão de apego de uma criança e o de cuidados recebidos (BOWLBY, 2009, citado por GABATZ, 2018).

Logo após o nascimento, os cuidadores adaptam seus comportamentos, respondendo aos estados de alerta do recém-nascido, levando a interações síncronas. Essa sincronia bio-comportamental entre bebês e pais fornece experiências para os bebês que levam ao desenvolvimento saudável de sistemas de resposta ao estresse, atenção regulamentada e conexões seguras (FELDMAN; EIDELMAN, 2009; FELDMAN, 2012, citado por NELSON; ZEANAH; FOX, 2019). A ocorrência de falhas na vinculação entre a criança e o seu cuidador primário, poderá refletir em dificuldade de construção de uma identidade (BIAZUS; RAMIRES, 2012, citado por GABATZ, 2018).

No mundo todo, muitas crianças abandonadas e órfãs vivem em instituições. Embora a qualidade do atendimento varie dentro desses ambientes, muitas instituições não fornecem ambientes típicos necessários para o desenvolvimento humano saudável (MASON; NARAD, 2005; NELSON, 2007, citado por DEBNATH, 2020).

A formação de vínculo e o desenvolvimento do apego fazem parte do cotidiano do cuidado da criança institucionalizada, sendo uma condição recíproca entre cuidador e criança. Porém, cuidadoras apontam que o estreitamento do vínculo com algumas crianças pode acarretar dificuldades no cuidado, pois ao mesmo tempo em que elas se dedicam mais especificamente àquela criança, as outras crianças ficam de lado. Além disso, a criança vai estar exposta às quebras frequentes do vínculo com sua figura principal de apego (GABATZ, 2018). Dessa forma é perceptível que as crianças institucionalizadas tem dificuldade em formar esse vínculo, assim como manter o vínculo, devido a constantes mudanças que podem ocorrer. Isso causa impactos no desenvolvimento dessas crianças.

Na institucionalização, ocorre uma fragilização dos laços da criança com sua família e sua comunidade de origem, podendo afetá-la de diversas formas, interferindo no seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, bem como dificultando uma possível reinserção familiar (OLIVEIRA; RESENDE, 2016, citado por GABATZ, 2018).

Dentre os prejuízos causados pela institucionalização de crianças, principalmente na primeira infância, temos que a privação precoce está associada a prejuízos na comunicação social que persistem na adolescência, com evidências para o benefício corretivo dos cuidados familiares no domínio da interação social recíproca.

Além disso, os déficits na comunicação social entre crianças sempre institucionalizadas, na infância, podem aumentar o risco de psicopatologia de amplo espectro na adolescência, fornecendo assim um alvo putativo para intervenção precoce, a fim de proteger contra problemas psiquiátricos posteriores (WADE, 2020).

Ademais, a privação institucional na primeira infância está associada a déficits neuropsicológicos na adolescência. A institucionalização precoce foi associada ao desempenho prejudicado em todas as tarefas na idade adulta. A análise de regressão múltipla revelou que a ligação entre a privação na infância e os sintomas de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em adultos foi estatisticamente explicada por diferenças relacionadas à privação no QI adulto e na memória prospectiva (GOLM, 2020).

Dentre essas afecções que podem ocorrer, o estudo de Debnath evidencia que o poder alfa reduzido e poder teta elevado sugerem um déficit na maturação cortical no grupo que continuou vivendo na instituição (CAUG). Esse padrão de atividade neuronal imatura, caracterizado por maior potência na faixa de frequência mais lenta combinada com potência reduzida em uma frequência mais rápida, tem sido observado em crianças criadas em isolamento e privação social, estresse extremo, baixa estimulação ambiental e ambiente familiar adverso (GENDREAU, 1972; ZUBEK; WELCH; SAUNDERS, 1963; MONTES, 2015; OTERO, 1994, 1997; BICK, 2018, citado por DEBNATH, 2020).

No estudo de Debnath, também foi evidenciado que a atividade cortical imatura pode ser o resultado de déficits no desenvolvimento estrutural e funcional da privação psicossocial precoce grave do cérebro. Aos 16 anos, as crianças colocadas em um orfanato mostraram o padrão de ativação cerebral, que é comparável a crianças nunca institucionalizadas, enquanto as crianças que permaneceram na instituição apresentaram ativação cerebral imatura (DEBNATH, 2020).

O estudo um controlado randomizado de assistência social para crianças criadas institucionalmente, de Wade et. al, 2019, evidencia que ocorrem déficits de atenção e memória visual de curto prazo, planejamento espacial e resolução de problemas, memória de trabalho espacial e memória visual-espacial e novos aprendizados entre crianças criadas institucionalmente até os 8 anos de idade. Porém, todas as crianças demonstram crescimento dessas habilidades ao longo da transição para a adolescência (dos 8 aos 16 anos). Foi percebido também que no âmbito de memória de trabalho espacial, crianças nunca institucionalizadas mostraram mais crescimento

do que crianças sempre institucionalizadas, sugerindo um desenvolvimento estagnado naquelas com histórico de institucionalização. Os resultados desse estudo sugerem que a criação institucional precoce tem consequências duradouras para o desenvolvimento da memória e do controle executivo.

4. CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo evidenciaram que a institucionalização de crianças está associada a um déficit no desenvolvimento neurológico, principalmente se ela ocorrer na primeira infância. A literatura revisada apontou que a institucionalização das crianças está relacionada a prejuízos na comunicação social, desenvolvimento de TDAH, déficit na maturação cortical, ativação cerebral imatura e déficits no desenvolvimento da memória e do controle executivo. Dessa forma, faz-se necessário a realização de maiores estudos desses parâmetros no Brasil, uma vez que foram encontrados poucos artigos nacionais sobre o assunto, dificultando a análise do cuidado infantil nas instituições brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAWK, B. N., et al. Caregiver sensitivity and consistency and children's prior family experience as contexts for early development within institutions. **Infant Mental Health Journal**, v. 39, n.4, p. 367-491, 2018.
- DEBNATH, R., et al. The long-term effects of institutional rearing, foster care intervention and disruptions in care on brain electrical activity in adolescence. **Developmental Science**, v. 23, n. 1, p. 1-9, 2019.
- NELSON, C. A.; ZEANA, C. H.; FOX, N. A. How Early Experience Shapes Human Development: The Case of Psychosocial Deprivation. **Neural Plasticity Journal**, p. 89-100, 2019.
- GOLM, D., et al. The impact of childhood deprivation on adult neuropsychological functioning is associated with ADHD symptom persistence. **Psychological Medicine**, p. 1-10, 2020.
- WADE, M., et al. Social communication deficits following early-life deprivation and relation to psychopathology: a randomized clinical trial of foster care. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, Early View, 2020.
- GABATZ, R. I. B., et al. Formação e rompimento de vínculos entre cuidadores e crianças institucionalizadas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 6, p. 2650-2658, 2018.
- WADE, M., et al. Long-term effects of institutional rearing, foster care, and brain activity on memory and executive functioning. **PNAS Journal**, v. 116, n.5, p.1808-1813, 2019.

VAN IJZENDOORN, M. H., et al. Institutionalisation and deinstitutionalisation of children 1: a systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 8, p. 703-720, 2020.

DESMOND, C., et al. Prevalence and number of children living in institutional care: global, regional, and country estimates. **The Lancet Child & Adolescent Health**, v. 4, n. 5, p. 370-377, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Adoção e acolhimento**. Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Senado Federal. **Perfil das crianças disponíveis para adoção**. Brasília, 2013.